

O PROJETO SOMAR NA GESTÃO DO GOVERNO ZEMA (2019-2022): educação pública x interesses privados^{*1}

*Lara Cristina Evaristo Rodrigues
Vilma Aparecida de Souza*

Introdução

Este capítulo investiga o Projeto Somar, uma iniciativa dentro das políticas educacionais durante o primeiro mandato do governador Romeu Zema (2019-2022) em Minas Gerais, Brasil. O foco é examinar a proposta do Projeto Somar, que busca envolver organizações sociais privadas na gestão de escolas de ensino médio na rede estadual de Minas Gerais, e sua conexão com a privatização e a influência do capital na educação pública. No contexto das políticas educacionais no Brasil, há uma tendência de privatização em várias formas: através da gestão compartilhada das escolas, parcerias com organizações sociais com ou sem fins lucrativos, ou na reestruturação da escola pública, onde entidades privadas determinam o currículo e a administração escolar (Fontes, 2018). Esse processo de interação entre setores público e privado é uma parte das mudanças sociais e econômicas que promovem a mercantilização do ensino, favorecendo principalmente o setor privado.

Com o avanço das políticas neoliberais e do capitalismo global, a privatização da educação está se tornando cada vez mais evidente no Brasil. Em Minas Gerais, não é diferente. Os governos neste estado têm historicamente favorecido a privatização, argumentando que isso reduziria os custos para o estado.

O Projeto Somar foi idealizado desde o início da gestão do atual governador Romeu Zema (2019-2022), apresentado com o discurso de transferir a gestão das escolas estaduais de ensino médio para uma organização social sem fins lucrativos, com o objetivo de “melhorar os índices educacionais e gastar menos”. Neste caso, através da administração compartilhada, o governo estadual concede a gestão da escola a uma entidade privada, que assume todas as responsabilidades que normalmente seriam do Estado. Assim, embora a propriedade permaneça pública, a gestão é transferida para o setor privado. Embora essas instituições sejam públicas, quando são entregues ao setor privado, o processo democrático de tomada de decisões é ausente, sendo uma das características da privatização da educação.

A discussão do Projeto Somar teve início em 2020, mas ele só foi implantado em 2021. De acordo com o planejamento da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), esse é um modelo “piloto” que será testado em três escolas por um período de 54 meses, finalizando no segundo semestre de 2025, e, caso os resultados forem melhores que estavam antes da implantação do projeto, a proposta é que o Projeto possa ser estendido por toda a rede estadual de ensino de MG.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-057-4-0-f.157-178

¹ Recorte de uma pesquisa de mestrado que investigou o Projeto Somar, como parte das iniciativas educacionais implementadas durante o mandato do governador Romeu Zema (2019-2022) em Minas Gerais - MG, Brasil. A pesquisa analisa a proposta do Projeto Somar, um projeto piloto implementado em 2021, que envolve a gestão compartilhada de escolas de ensino médio por meio de parcerias com organizações sociais privadas na rede estadual de Minas Gerais, e sua relação com a privatização e a influência do capital na educação pública.

Considerando o recorte de informações a respeito do Projeto Somar e a privatização da educação pública, destaca-se como problema de pesquisa: Quais as implicações da privatização sobre a educação pública mineira, tomando como foco a experiência do Projeto Somar? Assim, o estudo busca identificar e analisar esse desafio, reconhecendo que a transformação do sistema educacional público em uma mercadoria não é uma ideia abstrata, mas sim uma realidade que ocorre através de agentes e procedimentos, manifestando-se não apenas em Minas Gerais, mas em outras regiões do país.

Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de realizar o aprofundamento do referencial teórico que embasou a pesquisa e as posteriores análises dos dados levantados. Tendo como objetivo principal analisar as implicações das relações público-privadas na gestão e organização de escolas públicas, para dar suporte às discussões apresentadas utilizou-se os trabalhos de pesquisadores e estudiosos como: Laval (2019); Freitas (2018); Evangelista (2013; 2018); Fontes (2019), Peroni (2018), dentre outros.

Sabemos que é essencial que o pesquisador aprofunde suas habilidades em metodologias de pesquisa, a fim de evitar a coleta e análise de dados irrelevantes. Isso garantirá que a pesquisa responda adequadamente à sua pergunta inicial, fornecendo uma base teórica e prática sólida que contribuirá significativamente para abordar a questão das políticas educacionais com mais eficácia. Para a elaboração da pesquisa, foi feito um levantamento de publicações tendo como temática as relações público-privadas na área da educação e, de forma particular, as relações público-privadas na nova gestão educacional de Minas Gerais e no Projeto Somar, revisão bibliográfica que ofereceu suporte às discussões e análises apresentadas.

No segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental com o intuito buscar nos documentos oficiais do governo Romeu Zema e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, dados sobre o Projeto Somar e as parcerias com o setor privado na pasta da educação. Em seguida entrevistamos dois professores de cada uma das três escolas de ensino médio participantes do Projeto Somar. Vale destacar ainda que, os caminhos percorridos na presente investigação foram tomados a partir de posicionamentos frente ao objeto investigado. O percurso metodológico assumido nesse trabalho baseou-se em acontecimentos históricos e atuais, que proporcionam investigar o problema de pesquisa.

Na base teórico-metodológica da nossa pesquisa, buscamos compreender como se manifesta a interação entre o setor público e privado na educação, considerando suas diversas formas de intervenção durante o atual governo de Romeu Zema em Minas Gerais. Analisamos o objeto de estudo como um fenômeno complexo e contraditório na realidade social, envolvendo diferentes atores e processos. Através deste estudo, foi possível destacar a complexidade e a variedade da relação entre o público e o privado, especialmente através do Projeto Somar, uma iniciativa em curso que se insere no contexto mais amplo da hegemonia neoliberal e seus impactos nas políticas sociais, em particular na educação pública, como será abordado adiante.

A relação público e privado em Minas Gerais no governo Zema: O “NOVO” na gestão educacional mineira

O Estado de Minas Gerais possui uma rede educacional composta por um total de 15.567 escolas no estado, sendo 3.553 unidades de ensino estaduais, 8.361 municipais, 3.572 privadas e 81 federal, totalizando 4.136.120 matrículas em todas as redes de ensino (INEP, 2021), além de um índice de Desenvolvimento Humano (IDHm) de 0,731 e do IDHm Educação de 0,638. De acordo com a classificação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), tais índices são considerados altos se comparados com outras unidades federativas. Entretanto, Minas Gerais ocupa a 9ª posição no ranking nacional, sendo o último colocado na região Sudeste: São Paulo (IDHm 0,783), Rio de Janeiro (IDHm 0,761) e Espírito Santo (IDHm 0,740) (IPEA, 2010).

Nos anos que se seguiram de 2000 até o presente momento, o Estado de Minas Gerais teve seis governadores diferentes. Os três primeiros foram do partido PSDB, com mandatos consecutivos: Itamar Franco (1999 a 2003), Aécio Neves (2003 a 2010) e Antônio Anastasia (2011 a 2014). Em seguida, houve os governos de Alberto Coelho (2014 e 2015), com um breve mandato pelo PP, e Fernando Pimentel (2015 a 2019), do PT. Atualmente, o governador é Romeu Zema (2019 a 2022), do partido NOVO. Esses detalhes sobre a duração dos mandatos de cada governante e seu partido serão relevantes mais adiante para examinar a narrativa de um governo "NOVO" em Minas Gerais desde a eleição de Zema.

O governador Romeu Zema começou sua campanha eleitoral como candidato ao governo de Minas com o nome do seu partido sugerindo mudanças ("NOVO"), prometendo implementar novas abordagens de gestão em comparação com seus predecessores. Em meados de outubro de 2018, Zema lançou junto ao Tribunal Regional Eleitoral – MG seu plano de governo intitulado: “Liberdade ainda que tardia”, nome que faz referência aos dizeres da bandeira do estado de Minas Gerais demonstrando que, ainda haveria aos mineiros uma esperança para se alcançar a liberdade.

Ao realizar uma análise do plano de governo em questão, observa-se que ele está dividido em cinco seções que o NOVO acredita serem essenciais e prioritárias para o governo de Minas Gerais: Gestão de Estado, Geração de Riqueza, Saúde, Segurança Pública e Educação. Já no início da leitura pode-se observar, sem muito esforço, que a proposta de governo mira para as parcerias público-privadas inúmeras vezes, sendo a educação o foco principal delas. Durante a apresentação do plano, encontra-se a seguinte afirmação,

Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si. Desta maneira, não é o objetivo do NOVO acabar com o estado, mas sim reduzir a maneira com que ele influencia o cotidiano das pessoas. Apenas o próprio indivíduo pode decidir sobre o que é melhor para ele (Partido Novo, 2018, p.4).

Esse trecho evidencia uma conexão entre o plano de governo e os princípios e estratégias do neoliberalismo, tais como a promoção do Estado mínimo nas políticas sociais, o incentivo ao individualismo e à liberdade. Essa análise está respaldada por estudos acadêmicos sobre as políticas neoliberais e suas influências nas decisões governamentais (Brown, 2019), discursos públicos e documentos oficiais do partido NOVO e de Romeu Zema (Partido Novo, 2018), bem como análises críticas da mídia e de especialistas em políticas públicas.

Analisando seu plano de governo por inteiro, podemos indicar que ele é o mais privatista dos últimos tempos, ao propor ações chamadas de “alternativas de gestão do Setor Público” para “renovar Minas Gerais” para “torná-la novamente um símbolo de referência gerencial no país”, o documento apresenta, ao longo de todo o texto, estratégias gerenciais que desenharam uma concepção de Estado vinculada à lógica do mercado:

O Estado não resolve todos os problemas. Assim, é possível delegar algumas de suas funções para outros setores e organizações que irão prestar determinado serviço com uma qualidade melhor e com menos custos para o cidadão. Esta alternativa compreende na elaboração de concessões, parcerias-público privadas e ações de desestatização de serviços que não precisam ser prestados necessariamente pelo governo. Além disto, deve-se incentivar esta prática nos municípios, criando fundos de garantia para facilitar os investimentos locais (Partido Novo, 2018, p. 15).

Assim, é importante frisar que essa concepção de o Estado mínimo proposto seria apenas para as políticas sociais conquistadas no período de bem-estar social. Na realidade, o Estado é máximo para o capital, desempenhando um papel de grande interventor a favor do capital. Assim, o que aparentemente apresenta-se como uma proposta de Estado enxuto, é na verdade uma realidade de Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital. Confirmando o que foi apontado por Freitas (2018), “Querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, e não como gestor”.

Ainda sobre o plano de governo, nele é mencionada a intenção de oferecer a “oportunidade” de acesso às escolas privadas pela população, logo em seguida, continua propondo relações entre o público e o privado, citando como parcerias (PPPs),

Mesmo diante de limitações legais ao fomento a escolas privadas, é possível realizar PPPs com vistas a reformas e/ou construções de estabelecimentos escolares, incluindo o gerenciamento da área administrativa, nos moldes da bata cinza. Por meio de uma parceria bem desenhada, o estado pode gastar menos recursos, e os alunos contarem com uma melhor infraestrutura para os estudos, além do agente privado também obter lucro (Partido Novo, 2018, p.35).

Seguindo essa abordagem, Fontes (2018, 21) levanta a questão de que muitas vezes se assume que a “gestão privada eficaz” é intrinsecamente superior devido à suposição de que os empresários possuem uma qualidade única: eles seriam mais competentes, eficientes e eficazes em função de seus resultados. Isso cria a percepção de que a parceria público-privada é necessária, já que se considera que o serviço público educacional por si só é menos eficiente. Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo governo estadual, atualmente

estão em curso iniciativas para estabelecer parcerias com organizações privadas sem fins lucrativos em várias áreas.

O Projeto SOMAR

À medida que as políticas neoliberais e o capitalismo ganham terreno globalmente, os processos de privatização da educação têm se manifestado de várias formas ao longo da última década no Brasil. Em Minas Gerais, a situação não é diferente. O estado tem sido governado por uma administração de direita que favorece a privatização como uma forma de reduzir os gastos públicos. De acordo com o governador Romeu Zema, eleito em 2018, as parcerias com o setor privado possibilitariam investimentos em outras áreas. Um dos principais impactos dessa relação com o setor privado em Minas Gerais é a ameaça aos direitos sociais, especialmente no campo da educação.

No final de 2020, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE/MG anunciou o lançamento de um projeto piloto chamado “Projeto Somar”. Seu principal objetivo era estabelecer parcerias com empresas privadas para compartilhar a gestão de escolas públicas. Esta medida foi justificada pela SEE/MG com o argumento de melhorar a qualidade da educação em escolas que apresentavam baixos índices de desempenho em avaliações externas. Portanto, esta seção se concentra na análise da experiência do Projeto Somar, com o objetivo de identificar as formas de privatização e a influência do capital sobre o setor público, especialmente na gestão escolar, com base nos relatos de indivíduos envolvidos.

Enquanto as políticas neoliberais e a expansão do capitalismo continuam a se desenvolver globalmente, o Brasil tem testemunhado diversos aspectos da privatização da educação ao longo da última década. Em Minas Gerais, essa tendência não é exceção. O estado tem sido governado por uma administração de direita que promove a privatização como meio de reduzir os gastos do governo. O governador Romeu Zema, eleito em 2018, argumenta que parcerias com o setor privado poderiam facilitar investimentos em outras áreas. Um dos direitos sociais ameaçados por essa aproximação com o setor privado em Minas Gerais é o acesso à educação, de acordo com o plano de governo de Zema

Atualmente, o estado monopoliza vários serviços públicos que não precisam, necessariamente, ser oferecidos diretamente pelo estado. No entanto, o governo não consegue ser eficiente para responder, com sua própria estrutura, às inúmeras demandas da população (Partido Novo, 2018, p. 16).

O tipo de “gestão compartilhada” proposta pelo Projeto Somar oferece a possibilidade de relações institucionais entre Estado e entidades privadas qualificadas como Organizações Sociais por ato legal de agente governamental, atuando como mecanismo de incentivo à privatização (Adrião, 2018). De acordo com a SEE/MG o Projeto Somar está regulamentado Decreto Estadual 47.132 20 de janeiro de 2017, que e deixa claro em seu artigo 1º que,

Art. 1º – Este decreto regulamenta as parcerias celebradas entre a administração pública do Poder Executivo estadual e as organizações da sociedade civil – OSCs –, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco e a execução de atividades ou de projetos, inclusive reforma obra, serviço, evento ou aquisição de bens, previamente estabelecidos em planos de trabalho anexos a termos de colaboração ou de fomento ou acordos de cooperação (Minas Gerais, 2017).

Para efeito de caracterização, esse tipo de legislação no campo educacional propõe processos de privatização da gestão da educação em dois âmbitos: no âmbito das redes públicas de ensino, unificando a privatização da gestão educacional e, quando as políticas e programas de privatização incidem sobre a gestão de unidades escolares específicas, denomina-se privatização da gestão escolar. Em um e outro caso trata-se da delegação pela esfera pública, dos processos relativos às tomadas de decisão sobre os fins da educação e os processos necessários ao seu atendimento (Adrião, 2018).

Conforme anunciado pelo Governo do Estado, o Projeto Somar tem o objetivo de aprimorar a qualidade da educação através de um novo modelo de gestão, que busca diferentes abordagens para implementar o Novo Ensino Médio (NEM) por meio da gestão compartilhada com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Essa mudança teria impactos significativos nos estudantes, especialmente no que diz respeito às atividades do dia-a-dia e ao trabalho, que são comuns na educação pública. Com essas alterações propostas, o Estado estaria transferindo parte da responsabilidade da formação básica que antes era sua para os próprios alunos. Isso poderia resultar em disparidades de formação devido às diferenças materiais entre os estudantes, uma dinâmica que seria acentuada pelo NEM. A nova estrutura curricular do ensino médio, caracterizada pela flexibilização do currículo e da formação dos jovens, é projetada para atender às demandas do atual sistema econômico, alinhando-se ao paradigma dominante de globalização da educação.

Analisando os pressupostos teóricos presentes nessa proposta, vale destacar o conceito de “gestão compartilhada” anunciado no Projeto Somar. Lima, Prado e Shimamoto (2011) em estudo sobre os modelos de gestão escolar democrática, compartilhada e gerencial, bem como os contextos de constituição sócio-históricos e políticos de tais conceitos, destacam as diferenças entre tais concepções. Nesse estudo, os autores afirmam que as políticas públicas apresentam propostas de gestão escolar por meio de um discurso democrático que cria uma mentalidade no qual gestão democrática iguala-se a gestão compartilhada. No entanto, essa miscelânea de conceitos muitas vezes carrega de forma implícita intenções que acabam por reduzir o papel político da comunidade escolar, legitimando e fortalecendo uma gestão gerencial, como afirmam os autores:

A conjuntura político-econômica-social da década de 1990 vai desconstruir tal projeto político, ressignificando a concepção de vários instrumentos que contribuíram para a organização dos movimentos sociais. Nesta década, a democratização ganha outra especialidade por meio da intitulada gestão compartilhada, na qual os sujeitos: a) não mais objetivam assumir o poder, mas fazer parte de um; b) se tornam fiscais para o Estado, abdicando-se da busca de controle sobre o mesmo; e, c) adotam um poder

transvestido em colaborativo, voluntarioso e fiscalizador. Ou seja, um contexto que esvazia o Estado de suas responsabilidades e transforma o espaço público em espaço privado, ou, utilizando um linguajar mais moderno, no 3º setor, no público não-estatal (Lima; Prado; Shimamoto, 2011, p. 2).

Concordando com as análises dos autores, a proposta de "gestão compartilhada" delineada no Projeto Somar revela uma contradição fundamental em relação aos princípios democráticos. Essa contradição surge do fato de que, ao propor uma "gestão compartilhada com OSCs", na realidade não se compartilha o poder de decisão com a comunidade escolar, mas sim se transfere o poder de manutenção para entidades privadas.

Conforme apontado pelos autores, a ideia de gestão compartilhada surgiu nos anos 1990, em resposta ao discurso oficial de que a intervenção do Estado era contraproducente e responsável pela crise fiscal. A solução proposta para superar essa crise era baseada na promoção do livre mercado, da competição e do individualismo, com o objetivo de reduzir as funções associadas ao Estado de Bem-estar Social. Nesse discurso, a “implementação de um modelo de gestão que coaduna com essa ótica, é denominada de gestão compartilhada que, embora [...] assuma um caráter democrático, na realidade, esvazia a possibilidade de participação política no interior da escola e consolida a participação para a autossustentação (Lima; Prado; Shimamoto, 2011, p. 9).

Nesse contexto, a proposta de gestão compartilhada anunciada pelo Projeto Somar não fortalece a gestão democrática, mas sim abre espaço para a privatização, pois o Estado se isenta de suas responsabilidades ao transferir a gestão das escolas públicas para entidades privadas.

Inicialmente, a proposta indicou uma adesão limitada de escolas, começando com um experimento piloto em três delas: Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, ambas em Belo Horizonte, e Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, em Sabará, na região metropolitana da capital de MG. De acordo com a SEE/MG, essas escolas foram selecionadas para o projeto piloto devido às altas taxas de evasão e baixos índices de desempenho em avaliações, além de outras razões externas.

Embora a primeira fase seja de pequena escala, o edital do projeto prevê uma parceria com o estado por 53 meses, com a possibilidade de prorrogação caso a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais considere os resultados satisfatórios. Assim, o interesse declarado é que, ao longo do tempo e com base nos resultados apresentados, o projeto seja expandido para mais escolas em todo o estado.

No site oficial da SEE/MG, estão disponíveis várias publicações e documentos referentes ao Projeto Somar, publicações que começaram a ser divulgadas aos poucos entre abril e maio de 2021. No site consta também um card afirmando que o objetivo do programa é “a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão, buscando diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio, mais aberto ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (SEE/MG, 2021). Esse card já explicita um compromisso com a implementação da reforma do Novo Ensino Médio (NEM), instituída pela Lei n. 13.415/2017. Esse compromisso do Projeto Somar com a reforma do Novo Ensino Mé-

dio acaba contribuindo para legitimação de decisões não respaldadas pelas comunidades escolares e esvaziam as críticas ao NEM que foram feitas por escolas, sindicatos e movimentos em defesa da educação pública, ou seja,

O NEM aprofunda a fragmentação do ensino médio, expulsa setores da população jovem da educação básica, superficializa a formação escolar, intensifica drasticamente o trabalho docente, barateia a qualificação profissional da juventude, cria novas barreiras para o acesso ao ensino superior público – prejudicando especialmente estudantes que sempre tiveram as piores condições de escolarização –, e estabelece estruturas articuladas de privatização da educação, sobretudo com a ampliação do ensino a distância. É a reforma antipovo por excelência: aquela que oferece menos escola para quem mais precisa de escola (Cássio; Goulart, 2022, p. 290).

Essa reestruturação e reforma ensino médio se apoia na ideia de ensino por competências, priorizando a empregabilidade e o empreendedorismo. Isso é justificado sob a alegação falaciosa de que jovens de baixa renda precisam começar a trabalhar desde cedo para sustentar suas famílias. No entanto, a reforma apenas reforça a longa história de negligência em relação à educação da classe trabalhadora. De acordo com (Krawczyk, 2021) a ideia do Novo Ensino Médio

[...] vincula-se a uma noção de construção da identidade dos jovens, uma maneira de subjetivação da ideologia que representa esses discursos. Esta construção, todavia, se vincula a normas prescritas dentro dos ‘consensos’ que o empresariado procura impor. O jovem protagonista seria, ao mesmo tempo, beneficiário e promotor do seu próprio benefício. Portanto, a análise do entendimento de protagonismo e juventude encontrada na Reforma e nos documentos do empresariado parece indicar que o protagonismo juvenil se consolida como uma forma de submissão ativa dos jovens à sociedade neoliberal e a sua racionalidade (Krawczyk, 2021, p. 22).

O conceito de protagonismo proposto pelo Novo Ensino Médio também é evidente no discurso promovido pelo Projeto Somar. No site da SEE/MG, há uma seção dedicada ao projeto, que inclui uma página de "documentos". Nessa seção, além de todos os editais e suas correções, encontra-se uma cartilha com informações sobre o Projeto. O material, disponível em formato PDF, foi elaborado pela SEE/MG e possui 12 páginas organizadas em tópicos que fornecem algumas informações sobre o projeto. É interessante notar que o documento é relativamente breve para um projeto que visa à privatização da educação pública. Além disso, o material consiste em apenas 6 tópicos, um em cada página, e aborda a proposta de forma superficial, são eles:

1. O que é? - Iniciativa de Gestão Compartilhada de escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino em parceria com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos.
2. Ensino de qualidade em foco - Novo modelo de gestão com diferentes estratégias para implantação do Novo Ensino Médio, buscando elevar a

qualidade do ensino e possibilitando novas oportunidades aos jovens mineiros.

3. Gestão compartilhada na prática - A Associação CETEB (Associação do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia) concorreu com mais três instituições por meio de edital e obteve a melhor proposta dentro dos critérios para gerenciar, por um período de quatro anos, as três escolas que integram o Projeto SOMAR.

4. Acompanhamento do projeto - Para acompanhar o projeto, foram instituídas Comissões de Monitoramento Central e Regional pela SEE/MG. No modelo de governança do projeto, os diretores das escolas são servidores estaduais selecionados por meio de edital público. Indicadores de desempenho são medidos semestral e anualmente.

5. Indicadores de desempenho - Carga horária executada (curricular e extra); percentual de estudantes que participaram das avaliações de rede realizadas pela SEE e das avaliações externas (PROEB e SAEB); atualização tempestiva dos sistemas de informação, entre outros.

6. A escola é gratuita e pública - As escolas que fazem parte do Projeto SOMAR continuam fazendo parte da Rede Estadual de Ensino, com matrículas sob a gestão da SEE/MG. A Escola é Gratuita e Pública. As diretrizes pedagógicas do projeto são cumpridas com base no Currículo Referência do Ensino Médio e no calendário escolar da Rede (Projeto Somar, 2021, p. 3-8).

Esses tópicos delineiam as diretrizes do Projeto Somar, que propõe explicitamente a gestão de escolas de Ensino Médio em parceria com Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, como no caso da Associação do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB). A justificativa é aprimorar a qualidade do ensino e oferecer "oportunidades" aos jovens de Minas Gerais. Os tópicos tentam persuadir sobre a natureza pública/estatal da educação no estado, sugerindo que a gestão será democrática, já que os diretores das escolas serão selecionados por meio de um edital público.

Além disso, menciona-se a criação de Comissões de Monitoramento Central e Regional pela SEE/MG para acompanhar o projeto. Essas comissões utilizarão indicadores de desempenho, como a carga horária realizada e o percentual de estudantes que participaram das avaliações de rede conduzidas pela SEE, bem como das avaliações externas (PROEB e SAEB), entre outros.

Nesse exemplo, entendemos que a proposta do Projeto Somar, enquanto resultado da relação público-privado, reforça a concepção de sociabilidade do capital. Desde a primeira divulgação, o Projeto Somar foi apresentado pelo governo do estado de forma impositiva e já integralizado, sem qualquer diálogo com o sindicato ou com os profissionais das escolas envolvidas, como veremos no decorrer deste capítulo. Assim, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG começou a trabalhar para suspender a implementação do projeto junto aos membros das três escolas e a Deputada Estadual Beatriz Cerqueira (PT).

O Projeto Somar foi introduzido durante a pandemia de Covid-19, o que dificultou os debates e os movimentos de resistência contra a proposta. Diante dessa situação, o Sind-UTE/MG fez uma denúncia assim que a SEE/MG divulgou o projeto, alegando que não houve discussão com os servidores e os diferentes setores da educação. O sindicato também

acusou que o Projeto Somar foi implementado de forma hierárquica, ou seja, de cima para baixo ou “*top-down*”, sem a participação popular. De acordo com o sindicato, o projeto deveria ter sido elaborado de forma coletiva e democrática, envolvendo todos os atores da educação pública de Minas Gerais. A falta de democracia na elaboração do projeto sugere que pode haver interesses políticos por trás da iniciativa.

Inicialmente, a proposta envolve a implementação de um “projeto-piloto” nos últimos cinco meses de 2021 e nos quatro anos subsequentes, em três escolas estaduais selecionadas. Transferir a gestão dessas escolas significaria que a responsabilidade pela educação de 2.100 estudantes seria privatizada, ou seja, o financiamento destinado à educação pública seria repassado para empresas privadas. O governo tem como objetivo estender o projeto-piloto para todas as escolas do estado caso seja bem-sucedido. Isso evidencia um forte apoio do governo à parceria com organizações empresariais, consideradas superiores e capazes de oferecer práticas inovadoras na educação, entre outros argumentos.

Quanto ao processo de acompanhamento da experiência piloto, as informações fornecidas pela SEE/MG indicam que haverá um “monitoramento” durante a fase de transição e implementação do Projeto Somar, visando garantir a qualidade educacional com base em dois critérios: eficácia e efetividade. De acordo com o Governo do Estado, as escolas participantes da proposta permanecem públicas e gratuitas.

Entretanto, com os dados dos editais do projeto, publicados em maio de 2021, entende-se que todos os bens das escolas, móveis e imóveis, continuam sendo pertencentes ao Estado e as matrículas continuam seguindo o mesmo trâmite estipulado pela SEE/MG. Além disso, é citado que todos os servidores das três escolas deveriam ser removidos até o final do ano de 2021. Ficando apenas diretores, vice-diretores e secretaria, de forma temporária, sendo opção da organização social mantê-los ou não nas escolas.

Essa definição provocou indignação em toda a comunidade educacional, levando à convocação de reuniões por parte dos profissionais das escolas e do Sind-UTE. O objetivo dessas reuniões foi criar ações para suspender o projeto, destacando as preocupações com o desemprego que poderia causar aos profissionais, além da precarização da educação pública e da perda de autonomia das escolas. A única diferença notável seria a introdução da gestão compartilhada, onde a OSC selecionada seria responsável por administrar a escola em conjunto. um diretor do quadro da carreira estadual e terá autonomia para contratar pessoal. Mesmo assim, a SEE/MG anunciou que o projeto seguiria em andamento lançando em maio de 2021 três editais (nº4/2021, nº5/2021 e nº6/2021), um de cada escola, para a seleção de organizações sociais que ficariam responsáveis pela gestão compartilhada das instituições.

As escolas selecionadas para o Projeto Somar

Conforme mencionado anteriormente, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais optou por incluir três instituições no Projeto Somar, nomeadamente a Escola Estadual Francisco Menezes Filho (localizada em Belo Horizonte), a Escola Estadual Maria Andrade Resende (também em Belo Horizonte) e a Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco (situada em Sabará). A SEE/MG justificou a seleção dessas escolas com base em seus baixos índices no Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e altas taxas de evasão. É relevante destacar que, para uma melhor compreensão dessas instituições neste

estudo, solicitamos à SEE/MG informações e documentos sobre elas e seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) por telefone, porém não recebemos resposta.

A Escola Estadual Francisco Menezes Filho está localizada na Rua João Antônio Cardoso, 318, no Bairro Ouro Preto, em Belo Horizonte. Segundo relatos de alunos e professores, é uma escola com história na cidade, porém não foi possível determinar a data de sua fundação. A escola oferece Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, em diferentes turnos. De acordo com os dados do censo escolar dos últimos cinco anos, houve uma queda de aproximadamente 26,6% nas matrículas do Ensino Médio de 2017 a 2021, enquanto a modalidade EJA teve uma redução de 18,9% no mesmo período, e a Educação Especial apresentou flutuações. Também foram analisadas as taxas de rendimento do Ensino Médio, incluindo reprovação, abandono e aprovação, nos últimos cinco anos, conforme fornecido pelo INEP em 2021.

Verificou-se que as taxas de reprovação diminuíram ao longo dos últimos cinco anos e, em relação ao abandono, mesmo durante os anos de 2020 e 2021, afetados pela pandemia, essa taxa foi menor do que nos três anos anteriores. Esses dados são significativos, especialmente considerando que, de acordo com o Ministério da Educação em janeiro de 2022, aproximadamente 4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia de 2020 a 2021, com os principais motivos sendo dificuldades de acesso às aulas remotas e problemas financeiros, afetando principalmente os alunos de classes menos favorecidas.

Durante os dois anos de pandemia da Covid-19, 38 milhões de alunos de escolas públicas enfrentaram 287 dias de escolas fechadas entre 2020 e 2021, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), equivalente a quase um ano e meio letivo. No caso específico dessa escola, o Ideb aumentou de 3,4 em 2017 para 3,8 em 2021, o que suscita dúvidas sobre a afirmação da SEE/MG de que as escolas selecionadas para o Projeto Somar apresentavam baixos índices no Ideb, já que esse valor está próximo da média nacional para o mesmo período.

A Escola Estadual Maria Andrade Resende está situada na área metropolitana de Belo Horizonte e oferece ensino nos três turnos, atendendo alunos do ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Realizamos uma análise detalhada do número de matrículas nessa instituição, segmentando por níveis e modalidades de ensino. No contexto dessa escola, observamos que, de 2017 a 2021, houve flutuações significativas nas matrículas do ensino médio e uma queda acentuada de 67,8% na modalidade EJA, o que representa uma redução considerável. Também investigamos as taxas de rendimento do ensino médio nessa instituição, as quais demonstraram variações consideráveis ao longo dos últimos anos.

Existem dois aspectos dignos de nota nessas taxas. Primeiramente, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a escola não apresentou registros desde 2017, devido ao fato de que menos de 80% dos seus 778 alunos participaram das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), diferentemente do cenário estadual, que registrou um aumento de 23% nesse índice. Isso indica que a escola enfrentou uma taxa de reprovação superior à média do estado, que foi de 15,6%, em comparação com os 11,9% de toda Minas Gerais.

Ao contrário das outras duas escolas mencionadas, a Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, localizada no centro da cidade de Sabará-MG, é consideravelmente menor. Com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), podemos observar uma queda significativa no ensino médio em 2021, um ano após o início da pandemia. Além disso, nota-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve variações, mas não tão pronunciadas quanto no ensino médio, enquanto a Educação Especial registrou um leve aumento de 2017 a 2020, seguido de uma queda em 2021.

Também é perceptível que a taxa de reprovação diminuiu nos últimos cinco anos, destacando-se que, em 2020, houve uma queda acentuada, semelhante ao que ocorreu nas outras escolas. Isso talvez seja um diferencial dessa instituição, pois a taxa de reprovação em 2020 foi menor em comparação com as outras escolas analisadas. É relevante notar que, nesta escola, o Ideb aumentou de 3,6 em 2017 para 4,1 em 2021. Esse crescimento indica que a instituição progrediu consideravelmente nos últimos cinco anos, apesar da queda no número de matrículas no mesmo período, o que contradiz a justificativa do estado para a inclusão da escola no Projeto Somar.

Durante o período da pandemia de COVID-19, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou que algumas redes de ensino adotassem uma política de não reprovação de alunos. Como resultado, algumas escolas registraram uma taxa de aprovação de 100%. Isso causou um aumento artificial no Ideb em comparação com anos anteriores, sem que isso refletisse de forma significativa na qualidade da educação. Por exemplo, o Ideb nacional para o ensino médio atingiu 4,0 pontos em 2021, uma marca inédita desde o início da medição do índice.

Conforme mencionado anteriormente, o aumento nas taxas de aprovação está possivelmente relacionado a ajustes nos critérios de promoção e à adoção do continuum curricular, práticas recomendadas e implementadas por algumas escolas. Portanto, é questionável se os indicadores de duas das três escolas selecionadas para o Projeto Somar estão realmente abaixo ou mesmo próximos do Ideb nacional. Isso levanta dúvidas sobre a necessidade de gestão por parte de uma empresa para melhorar essas escolas, uma vez que seus índices não estão muito distantes dos padrões nacionais.

O caso específico da Escola Estadual Maria Andrade Resende pode ser considerado uma exceção em relação às outras duas instituições participantes do Projeto Somar. Essa escola registrou uma taxa de reprovação acima da média estadual e não participou do Ideb nos últimos anos. A intervenção de empresas privadas nessas escolas públicas levanta questões críticas sobre os impactos das políticas neoliberais na educação e das lógicas empresariais associadas, que promovem o privado como solução para questões públicas e subordinam a educação a objetivos econômicos, como empregabilidade, produtividade e competitividade, muitas vezes em detrimento da qualidade educacional e da equidade.

A lógica neoliberal presente no Projeto Somar subordina a educação à economia e provoca o estreitamento dos objetivos da educação pública, em função da imposição de padrões, de resultados mensuráveis e da performance competitiva (Lima, 2011). A esse respeito, pode-se dizer que,

As reformas propostas e quase todas já implementadas até agora no Brasil, encaminham na direção do encolhimento do Estado em sua função social, em favor da empresa privada, ou seja, é o Estado mínimo para atender os direitos de cidadania e máximo para apoiar e/ou beneficiar o capital (Santos, 2007, p.45).

Nesse sentido, as alterações promovidas na organização e estruturação do Novo Ensino Médio não visaram a criar condições para a superação dos principais problemas enfrentados nesse nível de ensino, ao contrário disso, favoreceram aos interesses do capital com a criação de propostas como a do Projeto Somar que favorecem o relacionamento entre o setor público e a iniciativa privada. Justamente por isso os reformadores empresariais se esforçam para que o debate se centre no âmbito da gestão escolar.

Impactos no trabalho docente e resistências ao Projeto Somar

A fragilização do professorado em tempos de mercadorização da educação é um fato, pois, é caracterizada pela precarização do trabalho que promove elevados níveis de ansiedade e insegurança. No contexto do Projeto Somar, o docente passa pela “violência simbólica e física contra ele, habitual no país, como o nível elevado de tensão face às perdas intermitentes que vêm sofrendo em termos de carreira, salários e condições de trabalho” (Evangelista, 2016, p. 14), o que é lamentável, tendo em vista o valor e a importância de sua ocupação no que tange a formação e emancipação dos sujeitos sociais.

Os processos de privatização da educação pública não sucateiam apenas os alunos dessas instituições, mas também concebem a segregação deles no processo educacional. Além disso, precarizam o trabalho docente, criando espaços de meritocracia, reforçam o individualismo na busca de bonificações e desarticulam a luta dos/as trabalhadores/as em educação.

Com base nessas reflexões, é possível concluir que a transferência arbitrária de professores para outras escolas, sem seu consentimento, revela a maneira como esses profissionais são menosprezados e desrespeitados, tratados como peças facilmente substituíveis de acordo com a conveniência do sistema capitalista.

É importante destacar que o trabalho dos docentes possui características distintas que merecem ser ressaltadas. Ao contrário do trabalho na produção de mercadorias, o trabalho dos professores pode tanto reforçar as relações de subordinação quanto resistir às pressões do mercado, atuando como mediador de interesses que nem sempre estão alinhados com as demandas comerciais, mas sim com os interesses dos próprios educadores, considerando a educação como um espaço complexo e contraditório.

Entretanto, a história da educação mostra que, predominantemente, as instituições escolares têm sido moldadas para atender às exigências produtivas, através de uma série de reformas e políticas que redefinem o papel social da escola, o papel do professor, sua formação e prática pedagógica “[...] ampliando as funções da escola e atribuindo um novo messianismo” (Kuenzer, 1999, p. 21).

Esses aspectos trazem como desdobramentos para o trabalho docente uma reestruturação que impõe ao espaço escolar um formato de organização de acordo com a lógica capitalista, produzindo um movimento de subsunção do trabalhador docente ao capital. Nesse tipo de modelo gerencial, os professores atuam como alvos do bombardeio contra a escola pública (Evangelista; Seki; Souza, 2018). Esse cenário se apresenta como terreno fértil para a precarização e a intensificação do trabalho docente, marcada por um processo desvalorização social, política e econômica da profissão que acometeu o professor das escolas públicas pesquisadas.

Conforme mencionado anteriormente, a terceirização da administração das escolas tem sido implementada pelo governo de Minas Gerais sob o pretexto de buscar a qualidade, porém, na realidade, encobre os verdadeiros interesses comerciais que impulsionam tais ações e programas. Esse processo culmina na responsabilização individualizada dos professores e das escolas pela suposta baixa qualidade da educação. Além disso, a busca por "melhores resultados" muitas vezes resulta em pressões excessivas sobre os docentes, como no caso do Projeto Somar, que levou ao remanejamento de professores para outras instituições, contribuindo para um senso de responsabilidade individual pelo sucesso da escola.

Essa dinâmica de responsabilização se traduz em uma cultura de culpabilização, na qual os professores são frequentemente culpados pelos resultados das avaliações externas. Por outro lado, esse movimento também desresponsabiliza o Estado, ao transferir a gestão das escolas para parcerias com o setor privado, criando assim um mercado onde empresários veem o Estado como seu principal cliente.

O exercício da docência é permeado por contínuas batalhas e conflitos, e a imposição do Projeto Somar não foge a essa regra. Quando uma escola pública é entregue à administração privada com o apoio da secretaria estadual de educação, os professores se veem enfrentando uma luta solitária. As resistências e reivindicações contra esse modelo de gestão ocorrem em um contexto em que os docentes são alvo das políticas que minam seus direitos e destroem os serviços públicos, resultado de um projeto neoliberal alinhado aos interesses do capital financeiro.

Nesse cenário, a união da classe docente é essencial para enfrentar diariamente as políticas que desmantelam a educação pública. A resistência e a organização sindical dos professores tornam-se, portanto, movimentos de extrema importância. Quanto aos esforços de resistência à implementação do Projeto Somar nas escolas, todos os professores entrevistados afirmaram ter se mobilizado de todas as formas possíveis para deter o projeto. No entanto, lamentavelmente, essas tentativas não obtiveram sucesso.

Levando em consideração todo o contexto a respeito do Projeto Somar, entendemos que o capital atua de diversas maneiras para minar a carreira docente, seja através do deslocamento de servidores ou da contratação temporária de professores sob o regime CLT. Em todas as situações, os professores se tornam reféns dos interesses da reforma empresarial. Quase três décadas após o início das parcerias entre os setores público e privado no país e o surgimento de projetos que descaracterizam a gestão pública das escolas, é possível observar as transformações que essas medidas propostas causaram na formação e no trabalho dos professores. O capital passa a influenciar a formação do educador e a gerir recursos que deveriam ser públicos.

Os relatos demonstram que o Projeto Somar implementou estratégias como o remanejamento de escolas e a falta de debates, o que resultou no enfraquecimento dos professores, submetendo-os às demandas do mercado e causando efeitos prejudiciais para a categoria docente. Os depoimentos dos professores revelaram que, apesar de muitos discordarem do Projeto Somar, o movimento de oposição e resistência em si não conseguiu gerar uma transformação significativa, especialmente considerando o contexto da pandemia, que dificultou uma maior organização e mobilização da categoria. Por fim, é importante ressaltar que o cenário no qual o Projeto Somar foi implantado eliminou os espaços de reflexão coletiva, enfraqueceu a organização política e minou as possibilidades de luta e resistência.

Considerações finais

Este estudo se concentrou na análise do Projeto Somar como parte das iniciativas e políticas educacionais implementadas durante o governo de Romeu Zema (2019-2022), que visam alterar a natureza da educação pública, transferindo a gestão das escolas para organizações sociais em nome de uma suposta "gestão compartilhada".

Dentro desse escopo, o trabalho examinou as políticas educacionais da educação básica brasileira, com foco especial no estado de Minas Gerais, destacando a relação entre o setor público e privado. Ao longo da análise da administração do governo Zema na área da educação, ficou evidente que este governo promove explicitamente a privatização da educação, seguindo a lógica do Estado Mínimo, sem considerar a importância fundamental do direito à educação como um direito social.

Este modelo de privatização não é uma ocorrência isolada, pois é possível identificar várias formas de privatização do setor público: seja por meio da concessão da gestão das escolas ao setor privado através de parcerias de gestão compartilhada, colaborações com organizações sociais com ou sem fins lucrativos, ou ainda na reestruturação da escola pública, na qual o setor privado influencia o currículo e a administração das escolas. Esse processo de interação entre os setores público e privado é parte integrante das mudanças sociais e econômicas, resultando na mercantilização da educação.

As análises realizadas no período entre 2019 e 2022, suscitam preocupações sobre as implicações da privatização na educação pública em Minas Gerais, com ênfase na experiência do Projeto Somar. Esta iniciativa propõe reformas que, segundo Freitas (2018), são implementadas em um movimento de *top-down*, de cima para baixo, sem levar em conta as necessidades sociais. Sob a perspectiva neoliberal, a educação é concebida como um mercado livre, onde as reformas são orientadas principalmente pelos interesses econômicos, tratando os alunos como meros números, limitados aos indicadores da escola/empresa. Neste modelo neoliberal, o setor privado é considerado o padrão de eficiência, e a privatização é vista como a solução para todos os problemas.

Neste contexto macro, as reformas educacionais em consonância com o modelo neoliberal são implementadas como parte de um mecanismo de submissão da educação aos interesses do capital. Aqui, não são consideradas as características individuais das escolas, o perfil dos alunos e, especialmente, as necessidades dos professores que nelas trabalham. O que se observa é a imposição de uma gestão e organização do trabalho escolar guiadas pelas demandas do mercado.

Assim, políticas são justificadas em nome da descentralização do ensino. No entanto, desde a implementação do Projeto Somar, observa-se que os conceitos de descentralização e autonomia, defendidos por diversos setores da comunidade educacional, foram reinterpretados no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo, sendo moldados pelos critérios de mercado. Propostas como o Projeto Somar, quando aplicadas nas escolas, na verdade, eximem o Estado de sua responsabilidade em relação à gestão da educação pública, através de uma retórica de gestão compartilhada que, na prática, apenas transfere responsabilidades públicas e descentraliza as tarefas do Estado.

O que se evidencia com a implementação do Projeto Somar no governo Zema em Minas Gerais é um esvaziamento progressivo das escolas para os estudantes do Ensino Médio, e principalmente o desaparecimento da escola pública de gestão pública. Embora a

reforma do Novo Ensino Médio não tenha sido o foco desta investigação, é importante ressaltar que tal reforma, aparentemente inovadora, na verdade, contribui para um processo preocupante de esvaziamento interno das escolas, alimentando a acumulação de capital. No Brasil, estamos testemunhando um período de mercantilização da educação pública, onde o Estado mantém sua responsabilidade pelo acesso dos alunos, mas a gestão escolar e seu conteúdo pedagógico são direcionados pelo setor privado, sob a justificativa de melhorar a qualidade da educação pública.

Desse modo, a educação se submete às políticas liberais, fornecendo à sociedade apenas o mínimo necessário para a integração no mercado de trabalho capitalista. Devido à falta de envolvimento da sociedade nos movimentos políticos e democráticos, a privatização do setor público avança lentamente, muitas vezes de forma naturalizada em nossa cultura. É crucial que a sociedade compreenda a importância de sua participação na democracia, pois isso é fundamental para resgatar a escola pública de gestão pública.

As análises sobre o Projeto Somar indicam que essa iniciativa representa uma estratégia poderosa para avançar com o processo de privatização da educação em Minas Gerais, sendo uma ferramenta utilizada pelo capital para se apropriar dos serviços e direitos públicos. Embora a pesquisa não forneça dados sobre a implementação nas escolas selecionadas após a transferência para a OSC (Organização da Sociedade Civil), pois o projeto ainda está em fase de implementação, as informações e depoimentos dos envolvidos sugerem um desmantelamento dos direitos, resultando em retrocessos para os trabalhadores da educação, os estudantes e a rede estadual como um todo.

Este trabalho destaca que a concepção de educação defendida pelos reformadores empresariais baseia-se na ideologia neoliberal, que vê o Estado como o principal obstáculo para a qualidade social da educação. Eles acreditam que a eficiência do sistema educacional só pode ser alcançada sob controle empresarial, sem intervenção estatal. Em um governo que prega o Estado Mínimo, preferencialmente não deveria existir rede pública; se existir, a escola pública será vista como mais uma concorrente no mercado. Esse é o cenário idealizado, onde o Estado não se envolve na organização das escolas, qualificação dos professores, infraestrutura e outras demandas, deixando tudo para as exigências da competição e do livre mercado.

Diante disso, considerando a simpatia do governo Zema por esse modelo, enfrentar os processos de privatização da educação em Minas Gerais requer resistências. No entanto, essas resistências se manifestam na produção de evidências empíricas localmente geradas e na formulação de respostas às políticas e programas implantados localmente.

Referências

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

ADRIÃO, T.; MARQUES, L. R.; AGUIAR, M. A. da Silva (Orgs.). **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?** ANPAE, 2019.

BALL, S. J. **Educação global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014.

BALL, S. J. Estandarización y docencia. [Entrevista cedida a] José Weinstein. **La Entrevista Educativa**, Chile, jan. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yXi7Foad7O0>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Presidência da República. DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998b]. Disponível em: tinyurl.com/y4p5kuv6. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário do Executivo. Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário do Executivo. Brasil, 2004.

BRITO, M. Gestão democrática e a hegemonia do planejamento estratégico em educação: o caso PDE-Escola – para onde vamos? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpae, 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

CAMPOS, D. C. B; DAMASCENO, A. Parcerias público-privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-23, jan./mar. 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e62834>

CAETANO, M. R. **Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores.** Charqueadas, RS: IFSUL, 2018. <https://doi.org/10.14244/198271992109>

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. 2012. Disponível em: www.gepeto.ced.ufsc.br. Acesso em: 06 jun. 2022.

EVANGELISTA, O. **Faces da tragédia docente no Brasil**. In: Seminário Internacional de la Red Estrado - Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. XI. Universidad Pedagógica Nacional. 2016.

EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. **Formação docente no Brasil pós-2000: lances de um massacre intelectual**. Florianópolis, SC: UFSC, p. 1-31, 2018. (mimeo).

FERREIRA, C. A. L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

FONTES, V. **Sociedade civil empresarial e a educação pública: qual democracia?** XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. 2018.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T. [Orgs]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, vol. 1. Curitiba: CRV, 2018.

GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IANNI, O. Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2021. Brasília: MEC, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: MEC, 2021.

KRAWCZYK, N. R. A política educacional e seus desafios na pesquisa: o caso do Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-9, 2019. <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.003>

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?. **Educação & Sociedade** [online]. 2005, v.26, n.92, p. 799-819. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300005>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo. Editora Atlas. 2003.

LAVAL, C. **A Escola não é uma Empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Ed. Planta, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista** [online]. 2017, v. 33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>. Acesso em: 02 dez. 2022. Epub 15 Jan 2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo à teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.488**, de 22 de outubro de 2010. Institui Programa Estadual de Parcerias Sociais Público-Privadas e dá outras providências. Diário do Executivo. Minas Gerais. 23 out. 2010.

MINAS GERAIS. **Lei nº 14.868**, de 16 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. Diário do Executivo. Minas Gerais, 17 dez. 2003b, p. 1, col. 1.

MINAS GERAIS. **Parcerias público-privadas (PPP) no Estado de Minas Gerais**. Novas modalidades para o Governo do Estado, juntamente com o setor privado, beneficiar milhões de mineiros. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. **Procedimento de Manifestação de Interesse**. [2015] Disponível em <http://www.ppp.mg.gov.br/parceiro/o-programa-ppp/manifestacao-interesse>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 889/2003**, de 09 de julho de 2003. Dispõe sobre as parcerias público-privadas e dá outras providências. Diário do Legislativo. Minas Gerais, 12 jul. 2003a.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº4.734**, de 31 de maio de 2022. Altera dispositivos da Resolução SEE Nº 4.724/2022, de 20 de abril de 2022, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar nas escolas estaduais que integram o Projeto SOMAR. Diário do Executivo. Belo Horizonte, 31 maio 2022.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO**. Disponível em: <https://novo.org.br/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2003.

PARTIDO NOVO. **Liberdade ainda que tardia**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf . Acesso em: 28 ago. 2021.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, V. M. V. Reforma do Estado e Políticas Educacionais no Brasil / *<i>State Reform and Education Policies in Brazil*. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17362>. Acesso em: 7 ago. 2022. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v1n1a2012-17362>

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41, e241697. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241697>. Acesso em: 6 ago. 2022. Epub 23 Nov 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.241697>

SANDER, B. Educação na América Latina: Identidade e globalização. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa Educacional**: quantidade – qualidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). **Edital de chamamento público nº 4/2021**: Para a seleção de propostas de organização da sociedade civil para gestão compartilhada da Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, integrante da rede estadual de ensino de Minas Gerais. 2021b. Disponível em: [https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Edital%20Chamamento%20Público %2004-2021%20-%20Republic.%2011-05-21.pdf](https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Edital%20Chamamento%20Público%2004-2021%20-%20Republic.%2011-05-21.pdf). Acesso em: 10 fev. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). **Projeto Somar**. 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/cidadao/projetosomar>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). **Edital de chamamento público nº 4/2021**: Para a seleção de propostas de organização da sociedade civil para gestão compartilhada da Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, integrante da rede estadual de ensino de Minas Gerais. 2021b. Disponível em: [https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Edital%20Chamamento%20Público %2004-2021%20-%20Republic.%2011-05-21.pdf](https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Edital%20Chamamento%20Público%2004-2021%20-%20Republic.%2011-05-21.pdf). Acesso em: 10 fev. 2022.

RODRIGUES, L. C. E. **O Projeto Somar na gestão do governo Zema (2019-2022)**: educação pública x interesses privados. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SILVA, M. V.; RICHTER, L. M. A adoção da nova gestão pública nas agendas governamentais em diferentes países: influências nas reformas educacionais e no ensino médio mineiro. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1276-1296, dez. 2018.

SILVA, M. V.; PERONI, V. M. As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. **RBP**, v. 29, n.2, p. 243-262, mai/ago. 2014.

SOUZA, V. A. **O plano de metas "compromisso todos pela educação"**: desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

ZAN, D. KRAWCZYK, N. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607-620, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n2.p28-50>